



Senador Marcos Rogério reclama da falta de articulação política do Planalto, que está em minoria no colegiado, a ser instalado para investigar ações e omissões do Executivo na crise. Responsável por fazer a ponte com o Congresso, a ministra Flávia Arruda reage ao ataque

CPI causa discórdia entre governistas

Responsável pela articulação do Palácio do Planalto com o Congresso, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, afirmou, ontem, que a CPI da Covid no Senado não tem sido o foco da sua pasta. “(Estamos) Fechando a questão do Orçamento”, frisou, ao ser questionada sobre as prioridades do Executivo.

Irritado com o que chamou de “eros” do Planalto, o senador Marcos Rogério (DEM-RO), vice-líder do governo e integrante da CPI da Covid, criticou a articulação política de Bolsonaro. “O governo errou, deixou correr solto (a CPI). Agora, querem correr atrás do prejuízo. O Palácio não procurou a própria base para conversar”, destacou Rogério, em entrevista à CNN Brasil.

O governo tenta ganhar tempo e adiar ao máximo a CPI, com o objetivo de negociar cargos no primeiro escalão e atender à pressão de parlamentares para acomodar suas emendas no Orçamento deste ano. A negociação tem sido conduzida atualmente pelo ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. Há cinco deputados no comando de ministérios, e nenhum senador. No início do ano, houve pressão para que Davi Alcolumbre (DEM-AP) ou Nelson Trad (PSD-MS) assumissem o Ministério do Desenvolvimento Regional, mas a negociação não teve sucesso. Senadores governistas sentem que o Planalto desprestigia a Casa legislativa.

O Executivo tem atuado na questão da CPI com os líderes do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO). Ambos defendem o início dos trabalhos apenas de forma presencial e quando todos os participantes estiverem vacinados. Integrante titular do colegiado, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente da sigla do Centrão e aliado de Bolsonaro, compartilha a opinião dos líderes do governo.

Apesar disso, a data de instalação da CPI está marcada para terça-feira. Um acordo entre a maior parte dos participantes prevê que Omar Aziz (PSD-AM) seja o presidente; Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o vice; e Renan Calheiros atue como relator.

Aliados de Bolsonaro, no entanto, fazem pressão nas redes para impedir Calheiros de assumir esse posto porque, além de ser crítico de Bolsonaro, o senador é aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nas plataformas digitais, bolsionaristas batem na tecla de que o parlamentar não pode integrar a CPI por ser pai do governador de Alagoas, Renan Filho (MDB-AL). O colegiado vai investigar o destino do dinheiro repassado pelo governo federal a estados e municípios, entre os quais Alagoas, para o combate à pandemia da covid-19. Um dos que enfatizam a suspeição de Calheiros é o senador governista Eduardo Girão (Podemos-CE). Ele anunciou a candidatura à presidência da CPI com o objetivo de, se eleito, definir outro parlamentar para a relatoria (leia Cinco perguntas para).

Estrago

Apesar da pressão, o governo não tem maioria na Casa para mudar o acordo feito por parlamentares. Foi o que explicou o senador Humberto Costa (PT-PE), um dos 11 integrantes da CPI. “Creio que o acordo vai ser cumprido. Omar Aziz assumiu esse compromisso de indicar Renan para a relatoria. O MDB poderia indicar o presidente — e tem voto para isso —, mas fez a opção de ter a relatoria. Girão não tem chances de ser eleito presidente”, enfatizou.

Para Cláudio Couto, coordenador de mestrado profissional em gestão e políticas públicas da FGV, o estrago no governo independe de quem seja o relator da CPI. Ele acredita que um relatório objetivo, detalhando ações e omissões do Executivo na pandemia, será suficiente.

Doutor em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco, Adriano Oliveira tem visão parecida. Na opinião dele, se Calheiros não for o relator, o senador que assumir o posto sofrerá grande pressão dos colegas e da sociedade para construir um relatório objetivo e correto. “A CPI ganhou uma dimensão que, naturalmente, impede o relator de apresentar um relatório pífio”, frisou. (Israel Medeiros com Agência Estado)

Marcos Correa/PR - 6/4/21



Ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda afirmou que a CPI da Covid no Senado não tem sido o foco da sua pasta, mas, sim, o Orçamento

Cinco perguntas para

SENADOR EDUARDO GIRÃO (PODEMOS-CE), INTEGRANTE DA CPI DA COVID

Por que o senhor defende ouvir, na CPI, ministros do Supremo Tribunal Federal?

Em abril do ano passado, o Supremo tomou a decisão de dar maior liberdade a estados e municípios com relação ao isolamento social e a lockdown. O tribunal tem muitas informações e pode nos trazer dados. Já que o objetivo é investigar ações e omissões do governo federal, se algumas atribuições foram tiradas do governo e passadas para estados e municípios, que a gente veja os dados para embasar nossa decisão.

Quem mais?

Nosso plano é ouvir, também, todos os ministros da Saúde, instituições federais e Ministério Público, a partir dos escândalos (estaduais). Relacionamos dezenas de operações da Polí-

cia Federal das verbas que foram para estados e municípios. Eu notei que se minimizou isso. E não se pode blindar. Tem de investigar a União? 100% de convicção. Tem fato determinado. Mas também tem dezenas de fatos determinados em verba federal em estados e municípios. E a população quer a verdade toda, não apenas uma parte.

Ao propor a inclusão de estados e municípios na CPI, não acaba ajudando o governo?

Não faço o jogo de ninguém. Nem de governo nem de oposição. Estou aqui com minha consciência e coerência.

O senhor é tido como governista.

Tenho uma posição clara de independência. E não tenho nenhuma in-

dicação para cargo federal, estadual ou municipal. O que é ser governista? Eu não acho justo que a investigação fique desequilibrada no aspecto de ver uma parte da verdade. A intenção é ser uma CPI ampla, independente e justa. O grande problema é o conflito de interesses na questão do “acordão” que foi feito.

Por que o senhor critica o “acordão”?

Primeiro porque tem um flagrante conflito de interesse. Tem o senador Renan Calheiros (indicado a relator) com o filho governador. O suplente Jader Barbalho (MDB-PA), também. Tinha de corrigir isso. E um dos motivos de eu entrar como candidato a presidente é que o presidente escolhe o relator. (Luiz Calcagno)



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

A conta do Orçamento

Não é de agora que o ministro da Economia, Paulo Guedes, vem sendo fritado em fogo brando no Congresso, com o doce constrangimento do presidente Jair Bolsonaro, que conseguiu desmoralizar seu Posto Ipiranga junto aos agentes econômicos. O mercado só não pede para tirar o ministro porque não sabe o rumo que o substituto adotará. Como Bolsonaro costuma surpreender na troca de ministros, os agentes econômicos preferem não arriscar, e Guedes vai ficando, cada vez mais enfraquecido. Agora, está engolindo um acordo com o Centrão que representa gastos acima do teto do Orçamento de 2021 da ordem de R\$ 132,5 bilhões. Publicamente, Guedes minimiza o fato, mas sua equipe e os especialistas sabem fazer as contas.

A narrativa do governo é de que foi preservada a responsabilidade fiscal e o compromisso com a área da saúde. Bolsonaro deve sancionar o Orça-

mento hoje ou amanhã. A redução de gastos com despesas obrigatórias, que foram subestimadas, e o aumento do valor das emendas parlamentares pelo Senado levaram os técnicos do Ministério da Economia a propor o veto integral ao Orçamento aprovado pelo Congresso, mas Guedes não bancou a posição. Bolsonaro é o grande interessado nas emendas parlamentares destinadas à realização de obras, por razões eleitorais.

A saída que Guedes encontrou para Bolsonaro não ser enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal foi salomônica: retirar do Orçamento os gastos extras com a pandemia da covid-19, ou seja, R\$ 20 bilhões para enfrentamento da doença; R\$ 10 bilhões para renovação do Benefício Emergencial; e mais R\$ 5 bilhões para o Pronampe, para socorrer pequenas e médias empresas. Com R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial e outras des-

“Como a conta não fecha, os cortes nos orçamentos dos ministérios, principalmente nas despesas de custeio, podem paralisar as políticas públicas”

pesas com a saúde, que foram considerados créditos extraordinários, o rombo pode chegar a R\$ 132 bilhões.

Fuga pra frente

O déficit fiscal previsto para 2021 já é de R\$ 247,1 bilhões. Com o extrateito de R\$ 132 bilhões, o Orçamento de 2021 será uma grande fuga para a frente, que pode causar mais inflação e redundar numa nova recessão. No fundo, Bolsonaro foi complacente com os seus aliados no Senado, que aumentaram o volume de emendas parlamentares de R\$ 16 bilhões para R\$ 47 bilhões. Nas negociações, até agora, só se chegou a um acordo para vetar R\$ 10 bilhões. Sobram R\$

21 bilhões a serem expurgados pelos vetos de Bolsonaro, nas despesas discricionárias do governo, e pelo contingenciamento de gastos. Como a conta não fecha, a expectativa em relação aos vetos e contingenciamentos se volta para os cortes que serão feitos nos orçamentos dos ministérios, principalmente nas despesas de custeio, que podem paralisar as políticas públicas.

O sinal de que os cortes serão direcionados, principalmente, para a área social foi o cancelamento do Censo Demográfico de 2021, por falta de verbas. Sem estatísticas confiáveis, todo o planejamento do governo fica comprometido. A área de Defesa também será atingida, com cortes de investi-

mento no reaparelhamento de Exército, Marinha e Aeronáutica, em torno de R\$ 8,2 bilhões, porque Bolsonaro considera os militares muito bem contemplados na reforma da Previdência, com os aumentos de salários e a ocupação de cargos no governo.

Não estava nos planos do Executivo que a pandemia da covid-19 chegasse às proporções que atingiu. Mesmo assim, com o negacionismo de Bolsonaro pondo em risco a sua reeleição, essa lógica continua presidindo as ações do governo. Sua aposta é de que a execução orçamentária, com o auxílio emergencial e as obras públicas, alavanque a economia e possibilite a geração de empregos e a retomada da economia informal. O problema é que a vacinação da população está muito atrasada. A variante brasileira da covid-19 tem atingido duramente a população mais jovem e de meia idade, os prejuízos econômicos são imensuráveis. A conta da pandemia, além do grande número de mortos, que já chega próximo dos 400 mil, inclui o desemprego em massa e o apagão de capital de pequenos e médios empreendedores.